

Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

Art. 43 ADCT

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.
União poderá instituir contribuição de que trata este artigo não ex-
missão de valores e de créditos e direitos a-
quota da contribuição de que trata este artigo não ex-
centésimos por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la a-
ecê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei.
contribuição de que trata este artigo não se aplica o disposto nos
153, § 5º, e 154, I, da Constituição.
O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo ser-
tinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamen-
ações e serviços de saúde.
A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordin-
art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada
Brasília, em 15 de agosto

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação



Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes

Texto promulgado em 5/10/1988

Art. 43. Na data da promulgação da lei que disciplinar a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais, ou no prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição, tornar-se-ão sem efeito as autorizações, concessões e demais títulos atributivos de direitos minerários, caso os trabalhos de pesquisa ou de lavra não tenham sido comprovadamente iniciados nos prazos legais ou estejam inativos.

1 – Sugestões localizadas¹

Não foram localizadas sugestões.

2 – Audiências públicas

Consulte na 9ª reunião da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica notas taquigráficas da audiência pública realizada em 4/5/1987 sobre Monopólio estatal do petróleo / Petrobrás e contratos de risco / Setor mineral / Política mineral.

Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao6/subcomissao6a

¹ O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal

3 – Subcomissões temáticas

SUBCOMISSÃO DE PRINCÍPIOS GERAIS, INTERVENÇÃO DO ESTADO, REGIME DA PROPRIEDADE DO SUBSOLO E DA ATIVIDADE ECONÔMICA – VIA

FASE A – Anteprojeto do relator	<p>Art. 16 - O aproveitamento dos potenciais de energia, renováveis e não-renováveis, e dos recursos hídricos, bem como a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, dependem de autorização ou concessão do Poder Público e somente serão autorizados ou concedidos, na forma da lei, a brasileiros ou a empresas nacionais.</p> <p>[...]</p> <p>§ 5º - São mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 03 (três) anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição. (DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA)</p> <p>[...]</p>
FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	<p>Total de emendas localizadas: 4. (consulte a íntegra das emendas da Fase B ao final deste documento.)</p>
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	<p>A matéria não foi localizada nesta fase.</p> <p>Consulte na 16ª reunião e 17ª reunião extraordinária da Subcomissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, a votação do anteprojeto do relator, das emendas a ele oferecidas, e de sua redação final.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 25/7/1987, Supl. 104, a partir da p. 45.</p> <p>Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao6/subcomissao6a</p> <p><u>Nota:</u> Durante a votação, o § 5º do Art. 16 foi rejeitado em destaque (ver p. 61).</p>

4 – Comissões temáticas

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA - VI

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	<p>Total de emendas localizadas: 3. (consulte a íntegra das emendas da Fase E ao final deste documento.)</p>
FASE F – Substitutivo do relator	<p>Art. 9º - As jazidas, o patrimônio genético das espécies nativas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, pertencem à União e são inalienáveis, ressalvado o disposto neste título.</p> <p>[...]</p> <p>§ 5º - Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 03 (três) anos sem exploração em escala comercial, contadas a partir da</p>

	promulgação desta Constituição. (DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA)
FASE G – Emenda ao substitutivo	Total de emendas localizadas: 7. (consulte a íntegra das emendas da Fase G ao final deste documento.)
FASE H – Anteprojeto da comissão	<p>Art. 8º - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.</p> <p>[...]</p> <p>§ 3º - Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 5 (cinco) anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição. (Disposição Transitória)</p> <p>Consulte na 14ª reunião da Comissão da Ordem Econômica a votação do Substitutivo do Relator. publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 25/7/1987, Suplemento, a partir da p. 13.</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao6/comissao6</p> <p><u>Nota:</u> A reunião foi bastante tumultuada por embates regimentais e discussões acaloradas, tendo sido interrompida várias vezes. No que se refere ao dispositivo em análise, foi aprovada, em destaque, a Emenda 471. Consulte a votação da emenda no Diário indicado acima, a partir da p. 39.</p>

5 – Comissão de Sistematização

FASE I – Anteprojeto de Constituição	Art. 501 - Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos cinco anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição.
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto	Total de emendas localizadas: 4. (consulte a íntegra das emendas das Fases J e K ao final deste documento).
FASE L – Projeto de Constituição	Art. 494 - Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos cinco anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição.
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	Total de emendas localizadas: 20. (consulte a íntegra das emendas da Fase M ao final deste documento.)

FASE N – Primeiro substitutivo do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.
FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	Total de emendas localizadas: 4. (consulte a íntegra das emendas da Fase O ao final deste documento.)
FASE P – Segundo substitutivo do relator	Art. 66 (ADCT) - Tornar-se-ão sem efeito, na data da promulgação desta Constituição, as autorizações de pesquisa, as concessões de lavra e os demais títulos atributivos de direitos minerários que estejam inativos ou sem produção, ou cujos trabalhos exploratórios ou extrativos não hajam sido comprovadamente iniciados nos prazos legais, a juízo do poder concedente.

6 – Plenário

FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias	Art. 53. (ADCT) Ficam sem efeito as autorizações de pesquisa, as concessões de lavra e os demais títulos atributivos de direitos minerários que, na data da promulgação da Constituição, estejam inativos ou sem produção, ou cujos trabalhos exploratórios ou extrativos não hajam sido comprovadamente iniciados nos prazos legais, a juízo do poder concedente.
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	Total de emendas localizadas: 4. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.) Emenda Substitutiva do Centrão ² nº 2045, art. 51. Requerimento de destaque/fusão de proposições como texto substitutivo do art. 53 do Projeto (art. 51 do Substitutivo 2045). A fusão foi aprovada. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 01/07/1988 , a partir da p. 11868.
FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	Art. 48. (ADCT) Na data da promulgação da lei que disciplinar a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais, ou no prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição, tornar-se-ão sem efeito as autorizações, concessões e demais títulos atributivos de direitos minerários, caso os trabalhos de pesquisa ou de lavra não hajam sido comprovadamente iniciados nos prazos legais ou estejam inativos. Nota: Uma nova redação foi dada pelo relator para o artigo 48, conforme quadro comparativo , volume 298, página 274.
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	Total de emendas localizadas: 1. (consulte a íntegra das emendas da Fase U ao final deste documento.)
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	Art. 43. (ADCT) Na data da promulgação da lei que disciplinar a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais, ou no prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição, tornar-se-ão sem efeito as autorizações, concessões e demais títulos

² Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

	atributivos de direitos minerários, caso os trabalhos de pesquisa ou de lavra não tenham sido comprovadamente iniciados nos prazos legais ou estejam inativos.
--	--

7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	Não foram localizadas emendas.
FASE X – Projeto D – redação final	Art. 43. (ADCT) Na data da promulgação da lei que disciplinar a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais, ou no prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição, tornar-se-ão sem efeito as autorizações, concessões e demais títulos atributivos de direitos minerários, caso os trabalhos de pesquisa ou de lavra não tenham sido comprovadamente iniciados nos prazos legais ou estejam inativos.

EMENDAS APRESENTADAS POR FASE³

FASE B

EMENDA:00070 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB/GO)

Texto:

Dê-se ao § 5o. do art. 6A16, a seguinte redação:

"§ 5o. São mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 5 (cinco) anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição. (Disposição transitória)."

Justificativa:

Estendeu-se de 3 para 5 anos o prazo para que as empresas se enquadrem às exigências desta Constituição porque este é o prazo normal de implantação de uma indústria mineral.

Parecer:

Não acolhida.

O prazo a que se refere o parágrafo 5o. do Anteprojeto é adequado, na medida em que se refere a um período em que "não haja exploração em escala comercial" e, obviamente, tal exigência só pode ser cumprida após a implantação da empresa.

EMENDA:00210 REJEITADA

³ As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Substitutiva ao Parágrafo 5o. do artigo 6A16 do anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

"Art. 6A16.

§

§ 5o. As concessões ou qualquer outro regime de direito mineral que envolva lavra não explorada prescreverão decorridos dois anos da promulgação desta Constituição, sendo anuladas após este período, retornando a propriedade ao Poder Público, sem qualquer indenização."

Justificativa:

Toda concessão há que ser entendida como um privilégio que pressupõe responsabilidade e reciprocidade social por parte do beneficiário dela.

As dúvidas sobre a legalidade das concessões durante regimes passados, por si só justificam o interesse em preservar a lisura das concessões após a promulgação desta Constituição.

Parecer:

EMENDA No. 6A 0210-7

Não acolhida.

A concessão não elimina a propriedade da União quanto aos recursos minerais. A prescrição, na condição de prazo determinado no anteprojeto, atende aos interesses nacionais.

EMENDA:00220 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

MARCOS LIMA (PMDB/MG)

Texto:

Suprima-se do Anteprojeto da Subcomissão VI. a, da Assembléia Nacional Constituinte, o § 3o. do artigo 6A16, bem como - por estarem intimamente vinculados - o § 5o. do mesmo artigo (Disposição Transitória).

Justificativa:

A temporariedade, por prazo determinado, das concessões e autorizações de lavra, estabelecida no § 39 do artigo 6A16 do Ante projeto da Subcomissão, trará consequências negativas muito graves ao setor minerador, tanto no plano econômico, como no plano social.

2. No plano econômico, a fixação de prazo determinado a exploração de recursos minerais :Forçará as empresas a embarcarem em estratégias imediatistas de produção, causando, entre outros, os segui dos efeitos indesejáveis:

a) planos de mineração dirigidos basicamente à extração das partes mais ricas dos depósitos, em prejuízo da jazida como um todo, o que pode significar lavra predatória, reduzindo desnecessariamente nossas reservas de recursos não renováveis;

b) queda dos índices de produção e também de produtividade dos investimentos, que só os planos de médio e de longo prazo podem assegurar, pois o minerador leva sempre em consideração parâmetros econômicos de mercado, tanto no que diz respeito a preço como a demanda, os quais, cotejados com os custos, definirão o retorno do empreendimento;

c) desestímulo a pesquisas que possam ampliar as reservas conhecidas nas áreas já em exploração, pois o minerador nenhum benefício terá com a ampliação de suas reservas, uma vez que seu aproveitamento estará além do prazo de concessão temporária.

No plano social, o prazo determinado desencoraja toda a sorte de investimentos que visem melhorar a qualidade de vida dos que labutam no setor. O malefício da temporariedade da lavra também é constatado no aspecto

social da mineração, que sendo uma atividade importante como geradora de novos empregos em regiões longínquas e ínvias, atuando como distribuidor de rendas, passará a prevalecer por tempo determinado, o que impedirá o empresário a investir no suporte infra-estrutural e social. No Brasil a situação é particularmente agravada porque as províncias minerais encontram-se principalmente em áreas destituídas de qualquer infraestrutura urbana, exigindo das empresas, que ali atuam, construir casas, prover escolas e hospitais, resolver as necessidades de abastecimento etc...

4. Em determinados tipos de exploração mineral, a prefixação de prazos pode simplesmente inviabilizar os empreendimentos do ponto de vista econômico, levantando mais um óbice aos tantos que já cerceiam a ação daqueles que dispõem, no Brasil, a exercer atividades produtivas.

5. A supressão proposta ao § 3º implica a supressão do § 5º, disposição de natureza transitória, que mantém as atuais concessões, fazendo-as prescrever decorridos três anos "sem exploração em escala comercial, contados da promulgação da Constituição".

Parecer:

Não acolhida.

A determinação de prazo para as autorizações e concessões de lavra tem sido uma das reivindicações mais constantes pelos segmentos ligados ao setor mineral, como forma de coibir a formação de estoques de reservas minerais improdutivas.

É providência hoje universalmente adotada pelos grandes países mineradores.

A disposição proposta não fixa a extensão do prazo, advindo ao legislador ordinário a possibilidade de fixá-lo com conhecimento e sabedoria.

Não há qualquer vinculação entre os § 3º e 5º do anteprojeto, salvo o de versarem sobre bens minerais.

Nada, absolutamente nada, justifica que uma empresa mantenha como sua e sem explicação jazidas que pertencem à União

O Brasil não pode extinguir o latifúndio rural improdutivo, para manter o mineral.

EMENDA:00328 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

MATTOS LEÃO (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao § 5º do Art. 6A16 a seguinte redação:

"§ 5º. São mantidas as atuais concessões cujos direitos de lavra prescreverão decorrido um (1) ano sem exploração em escala comercial, contados partir da promulgação desta Constituição (DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA)."

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Não acolhida.

Pela própria natureza da atividade mineral, o prazo pretendido pela emenda (um ano) torna técnica e economicamente inviável uma avaliação adequada da situação prevista.

FASE E

EMENDA:00338 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Inclua-se em disposições transitórias no anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica. Disposições Transitórias

Art. 1o. As concessões ou qualquer outro regime de direito mineral que envolva lavra não explorada, prescreverão decorridos dois anos da promulgação desta Constituição, sendo anuladas após este período, retornando a propriedade ao Poder Público, sem qualquer indenização.

Justificativa:

Toda concessão há que ser entendida como um privilégio que pressupõe responsabilidade e reciprocidade social por parte do beneficiário dela.

As dúvidas sobre a legalidade das concessões durante regimes passados, por si só justificam o interesse em preservar a lisura das concessões após a promulgação desta Constituição.

Não se pode admitir que concessionários ou detentores durmam em cima de jazidas sem explorá-las, impedindo que outros mais capazes e melhor intencionados possam fazê-lo.

Parecer:

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

EMENDA:00508 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

Texto:

INCLUA-SE ONDE COUBER, NAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS:

São mantidas as atuais concessões, cujo direitos de lavra prescreverão decorridos 3 (três) anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição.

Justificativa:

Além do respeito ao direito adquirido nossa proposta pretende moderar a prática da atualidade estendendo o prazo de concessão e alvará que não se extinguirá de súbito, mas, algum tempo depois. O dispositivo permite ao titular do direito adquirido um tempo para adaptar-se ao novo regime constitucional.

Parecer:

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

EMENDA:00933 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

Acrescente-se o art. 16 e parágrafos 1o. e 2o.

Art. 16o. As autorizações de pesquisa mineral e as concessões de lavra serão por tempo determinado e sempre no interesse nacional, não podendo ser transferidas, sem anuência do poder concedente.

§ 1o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, em valor não inferior ao dízimo do imposto, sobre minerais.

§ 2o. - São mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 03 (três) anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição. (Disposição Transitória)

Justificativa:

Justificativa ilegível.

Parecer:

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

FASE G

EMENDA:00110 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Inclua-se no capítulo, Disposições Transitórias do Substitutivo da Comissão da Ordem Econômica.

Disposições Transitórias

Art. 1o. - As concessões ou qualquer outro regime de direito mineral que envolva lavra não explorada, prescreverão decorridos dois anos da promulgação desta Constituição, sendo anuladas após este período, retornando a propriedade ao Poder Público, sem qualquer indenização.

Justificativa:

Toda concessão há que ser entendida como um privilégio que pressupõe responsabilidade e reciprocidade social por parte do beneficiário dela.

As dúvidas sobre a legalidade das concessões durante regimes passados, por si só justificam o interesse em preservar a lisura das concessões após a promulgação desta Constituição.

Não se pode admitir que concessionários ou detentores durmam em cima de jazidas sem explorá-las, impedindo que outros mais capazes e melhor intencionados possam fazê-lo.

Parecer:

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

EMENDA:00133 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

Texto:

Dá nova redação ao "caput" do art. 9o. e seus parágrafos e acrescenta novo parágrafo.

Art. 9o. - As jazidas e demais recursos minerais do subsolo, o patrimônio genético das espécies nativas, os potenciais de energia hidráulica e reservas de água subterrânea, constituem propriedade distinta do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União e são inalienáveis, ressalvados os dispostos neste título.

§ 1o. -

§ 2o. - A outorga de direitos da lavra de jazidas minerais só poderá ser feita a brasileiros ou a empresas nacionais.

§ 3o. -

§ 4o. -

§ 5o. -

§ 6o. - Serão mantidas as atuais concessões

cujos direitos de lavra prescreverão decorridos três anos sem exploração em escala comercial contados a partir da promulgação desta constituição, exceto aquelas que nesse período estejam em efetiva implantação de seus projetos de exploração e não sofram interrupções por igual período.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

EMENDA:00222 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

UBIRATAN SPINELLI (PDS/MT)

Texto:

Dê-se ao § 5o, art. 9o, do substitutivo do relator, a seguinte redação:

Art. 9o.

§ 5o. São mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão se não houver exploração em escala comercial no prazo que for fixado por lei complementar, a qual será votada nos doze meses seguintes à promulgação desta Constituição.

Justificativa:

A transição sem percalços para a nova ordem constitucional é fator essencial à sua eficácia e estabilidade. Posta esta premissa, mais razoável que fique ao Congresso ordinário da nova ordem a avaliação substantiva dos diversos setores da economia. Por isso mesmo, a norma genérica que ora se propõe.

Parecer:

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

EMENDA:00231 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Dá nova redação ao § 5o. do art. 9o:

§ 5o. - São mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra, decorridos 03 (três) anos sem exploração comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição, reverterão à União.

Justificativa:

Não basta estabelecer a prescrição dos direitos. O importante é determinar a reversão ao patrimônio da União. In casu, a expressão correta seria caducidade e não prescrição.

Parecer:

Não acolhida quanto ao mérito; o seu conteúdo contradiz a linha de pensamento exposta no substitutivo.

EMENDA:00369 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

VLADIMIR PALMEIRA (PT/RJ)

Texto:

Dê-se nova redação ao § 5o. do art. 9 do Relatório Preliminar da Comissão da Ordem Econômica (VI):

§ 5o. - Serão mantidas as atuais concessões a empresas nacionais, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 3 (três) anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Acolhida parcialmente porque julgamos que parte do conteúdo da Emenda é meritória, tendo sido aproveitada no substitutivo.

EMENDA:00471 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB/GO)

Texto:

SUBSTITUTIVO

Dê-se ao Capítulo I - Dos Princípios Gerais, a seguinte redação:

[...]

Art. 8o. As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União.

§ 1o. Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 2o. A título de indenização de exaustão da jazida, parcela dos resultados da exploração dos recursos minerais, a ser definida em lei, será destinada à formação de um "Fundo de Exaustão" para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do município onde se localize a jazida.

§ 3o. Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 5 (cinco) anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição (disposição transitória).

[...]

Justificativa:

A redação proposta atende melhor aos interesses nacionais.

Parecer:

O Relator não tomou conhecimento da proposta, em face do preceito contido no § 2o. do Art. 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte: "Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros".

A proposta não chega, portanto, a constituir emenda, porque lhe falta requisito essencial ao reconhecimento dessa condição.

E ninguém pode alegar desconhecer as normas regimentais de vez que ela consta do cabeçalho do impresso em que são redigida as emendas.

EMENDA:00590 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

6 - Comissão da Ordem Econômica

Autor:

LUIZ SALOMÃO (PDT/RJ)

Texto:

Substitua-se os arts. 1o. a 17o. pelos seguintes, renumerando-se os demais:

[...]

Art. 11 - As jazidas, o patrimônio genético das espécies nativas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e as reservas de água subterrânea constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, pertencem à União.

§ 1o. - A outorga de direitos de coleta e manipulação do patrimônio genético de espécies nativas somente será contratada com empresas nacionais.

§ 2o. - Ao proprietário do solo é assegurado a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 3o. - A título de indenização de exaustão da jazida, parcela dos resultados da exploração dos recursos minerais, a ser definida em lei, será destinada à formação de um "Fundo de Exaustão" para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do município onde se localize a jazida.

§ 4o. - A lei definirá as atividades de garimpagem e estabelecerá, as condições para as suas formas associativas e as áreas destinadas ao exercício da atividade.

§ 5o. - Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 3 (três) anos sem exploração em escala comercial, contadas a partir da promulgação desta Constituição (Disposição Transitória).

[...]

Justificativa:

O exame do anteprojeto do nobre relator Senador Severo Gomes recomenda a apresentação de substitutivo para o Capítulo dos Princípios Gerais, consolidando emendas de vários companheiros Constituintes e de inúmeras entidades, que expressa de maneira clara e nítida a posição nacionalista da maioria do nosso povo trabalhador.

Assim, a definição do papel do estado como agente produtivo, fundamental para recuperar o atraso econômico do país, a reafirmação da iniciativa privada nacional como elemento-chave para a preservação da chamada democracia econômica e de um mínimo de concorrência e o caráter supletivo e complementar do capital estrangeiro estão a exigir o estabelecimento de fronteiras adequadas para a convivência entre esses diferentes entes econômicos.

Desta forma, propõe-se aqui uma definição de Empresa Nacional que visa à formulação de políticas voltadas para o fortalecimento do capital nacional

A partir daí estabelece-se o princípio de nacionalização do sistema bancário e do setor de mineração, bem como de um setor de grande importância futura que são as espécies nativas existentes no território nacional.

Parecer:

O Relator não tomou conhecimento da proposta, em face do preceito contido no § 2o. do Art. 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte: "Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros".

A proposta não chega, portanto, a constituir emenda, porque lhe falta requisito essencial ao reconhecimento dessa condição.

E ninguém pode alegar desconhecer as normas regimentais de vez que ela consta do cabeçalho do impresso em que são redigida as emendas.

FASES J e K

EMENDA:01286 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: art. 501

Dê-se, ao artigo 501, a seguinte redação:

"Art. 501 - Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 03 (três) anos sem exploração em escala comercial".

Justificativa:

Preserva-se desta maneira, a oportunidade de brasileiros obter direitos à concessão vez que contratos em prazos determinados agilizam não só os processos de desenvolvimento social bem como permitem o aproveitamento dos potenciais de soberania nacional, eliminando com a intermediação extemporânea.

EMENDA:02460 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: art. 501

- Suprima-se o art. 501.

Justificativa:

A revogação do art. 501 impõe-se por dois motivos:

1º) é um dispositivo desnecessário, pois se existem direitos, eles já são assegurados pela ordem jurídica vigente e pelos dispositivos do Título I do Anteprojeto.

2º) Poderá ser dada interpretação ao art. 501 conflituosa com o disposto no art. 314, que impõe que as concessões sejam feitas no interesse nacional. Se alguma concessão estiver, hoje, sem atender ao interesse nacional, ela se chocará com o art. 314, não podendo ser preservada pelo art. 501.

Pode ser dito ainda que o art. 501 estabelece em termos diferentes o disposto no art. 21 das disposições transitórias da Constituição de 1946 e o art. 12 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934. Na época houve grande controvérsia sobre as reais intenções e os interesses envolvidos com aquele dispositivo, de um lado, e a defesa do interesse nacional de outro lado. Tal controvérsia não deveria pairar sobre os trabalhos da atual Assembléia Nacional Constituinte.

EMENDA:03048 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 501.

Justificativa:

Manter, como está previsto no Art. 501, durante 05 (cinco) anos, as concessões de lavra de minérios sem exploração, quando é sabido que na sua maioria estão entregues a companhias estrangeiras representaria consagrar em definitivo a alienação dos recursos minerais do País.

EMENDA:04755 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ERALDO TINOCO (PFL/BA)

Texto:

Dê-se ao artigo 501, do Anteprojeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"Art. 501 - Serão mantidas as atuais concessões de serviços públicos, na forma em que foram concedidos e para pesquisa e lavra de jazidas minerais, prescrevendo estas últimas decorridos cinco anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição."

Justificativa:

Para proteger os direitos também dos concessionários de serviços públicos, em respeito, aliás, a princípios consagrados no próprio Anteprojeto, que dizem com o acatamento aos direitos adquiridos (artigo 13, XV, "c") e o próprio princípio de isonomia (artigo 13, inciso III), segundo o qual, certamente, não apenas os concessionários de lavra mineral, mas também os de serviços públicos devem ter o mesmo tratamento.

FASE M

EMENDA:01190 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 494

Dê-se, ao artigo 494, a seguinte redação:

"Art. 494 - Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 03 (três) anos sem exploração em escala comercial".

Justificativa:

Preserva-se desta maneira, a oportunidade de brasileiros obter direitos à concessão vez que contratos em prazos determinados agilizam não só os processos de desenvolvimento social bem como permitem o aproveitamento dos potenciais de soberania nacional, eliminando com a intermediação extemporânea.

Parecer:

O texto do substitutivo entende ser necessário manter o direito adquirido sobre as atuais concessões, deixando para Lei Ordinária regulamentar os casos em questão. Por essa razão, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:02318 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 494

- Suprima-se o art. 494.

Justificativa:

A revogação do art. 494 impõe-se por dois motivos:

1º) é um dispositivo desnecessário, pois se existem direitos, eles já são assegurados pela ordem jurídica vigente e pelos dispositivos do Título I do Anteprojeto.

2º) Poderá ser dada interpretação ao art. 494 conflituosa com o disposto no art. 308, que impõe que as concessões sejam feitas no interesse nacional. Se alguma concessão estiver, hoje, sem atender ao interesse nacional, ela se chocará com o art. 308, não podendo ser preservada pelo art. 494. Pode ser dito ainda que o art. 494 estabelece em termos diferentes o disposto no art. 21 das disposições transitórias da Constituição de 1946 e o art. 12 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934. Na época houve grande controvérsia sobre as reais intenções e os interesses envolvidos com aquele dispositivo, de um lado, e a defesa do interesse nacional de outro lado. Tal controvérsia não deveria pairar sobre os trabalhos da atual Assembléia Nacional Constituinte.

Parecer:

Pela aprovação.

Entendemos deva ser aprovada, nos termos do substitutivo, a emenda apresentada.

EMENDA:02886 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 494.

Justificativa:

Manter, como está previsto no Art. 494, durante 05 (cinco) anos, as concessões de lavra de minérios sem exploração, quando é sabido que na sua maioria estão entregues a companhias estrangeiras representaria consagrar em definitivo a alienação dos recursos minerais do País.

Parecer:

Pela aprovação.

Entendemos deva ser aprovada, nos termos do substitutivo, a emenda apresentada.

EMENDA:04407 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ERALDO TINOCO (PFL/BA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo: Artigo 494

Dê-se ao artigo 494, do projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"Art. 494 - Serão mantidas as atuais concessões de serviços públicos, na forma em que foram concedidos e para pesquisa e lavra de jazidas minerais, prescrevendo estas últimas decorridos cinco anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição."

Justificativa:

Para proteger os direitos também dos concessionários de serviços públicos, em respeito, aliás, a princípios consagrados no próprio Anteprojeto, que dizem com o acatamento aos direitos adquiridos (artigo 13, XV, "c") e o próprio princípio de isonomia (artigo 12, inciso III), segundo o qual, certamente, não apenas os concessionários de lavra mineral, mas também os de serviços públicos devem ter o mesmo tratamento.

Parecer:

Pelo espírito do texto do Projeto ficam preservados o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, pelo que serão mantidas as atuais concessões de pesquisa e lavra.

Por essa razão somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:06533 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT/SP)

Texto:

Substituam-se os artigos e parágrafos citados pelos seguintes:

"Art. 306 Os recursos naturais, tais como o patrimônio genético de variedades nativas, os recursos minerais e potenciais de energia hidráulica, constituem propriedade distinta dado solo para efeito de aproveitamento industrial, pertencem à União e são inalienáveis, ressalvado o disposto neste Título.

.....
§ 2o.- A título de indenização por exaustão da Mina, parcela dos resultados da lavra, a ser definida em lei, será destinada à formação de um "Fundo de Exaustão" para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do Município de sua localização.

Art. 307 O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de Minas em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas estatais ou empresas nacionais.

Parágrafo único. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de Minas em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas estatais, e dependerão da prévia aprovação do Congresso Nacional.

11 Art. 308 A prospecção, exploração, desenvolvimento e a lavra de Minas, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão do Poder Público sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente."

Art. 494 Serão mantidas as atuais concessões cujos direitos de lavra prescreverão decorridos três anos sem a sua comercialização, contados a partir da promulgação desta Constituição."

Justificativa:

Basicamente, a presente proposição intenta produzir melhoria em texto que consideramos de alta relevância. Pequena modificação de mérito é proposta ao artigo 492 das Disposições Transitórias, para reduzir de cinco para três anos o prazo de prescrição do direito de lavra, quando não exercitado comercialmente no tempo aprazado.

Parecer:

A inclusão do " patrimônio genético de variedades nativas" entre a "propriedade distinta da do solo " não nos parece adequada ao texto em questão, pelo que a rejeitamos, por ser incongruente.

Do art. 308 consideramos pertinente e de interesse para o país a definição da "forma contratual por tempo determinado" para as autorizações ou concessões de pesquisa e lavra dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica.

Entendemos devam ser mantidos, no novo texto constitucional, os direitos adquiridos referentes às concessões de pesquisa e lavra de recursos minerais, ficando a cargo de leis infra-constitucionais dispor sobre os casos que venham a afetar os interesses do país no desenvolvimento das atividades minerais.

Acolhendo o dispositivo do "contrato por prazo determinado, no interesse nacional, não podendo ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente", rejeitamos os demais dispositivos, nos termos do presente substitutivo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:09019 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALDO ARANTES (PC DO B/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 494

Dê-se ao Art. 494 a seguinte redação:

"Art. 494 - As atuais concessões de lavra de minério, atualmente em operação comercial, detidas por empresas não nacionais expirarão no prazo de 2 (dois) anos; as demais concessões dessas empresas, inativadas ou operando em escala não comercial, bem como as concessões de pesquisa mineral, expirarão de imediato.

Justificativa:

Dá destinação às empresas estrangeiras atingidas por dispositivo do anteprojeto que veda a estas a atividade mineradora.

Parecer:

Entendemos devam ser mantidos, no novo texto constitucional, os direitos adquiridos referentes às concessões de pesquisa e lavra de recursos minerais, ficando a cargo de leis infra-constitucionais dispor sobre os casos que venham a afetar os interesses do país no desenvolvimento das atividades minerais.

Por essa razão somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:09943 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: artigo 494

Suprima-se o art. 494.

Justificativa:

Não é próprio do texto constitucional assegurar direitos pretéritos. Se direitos existem já estão assegurados pela legislação vigente.

Parecer:

A manutenção do art. 494, do anteprojeto, não impedirá que as empresas de posse de inúmeras concessões de Lavras, mantenham como reservas improdutivas. Por outro lado, a remissão pretendida, torna-o mandamento absolutamente inócuo.

Pela rejeição.

EMENDA:12072 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

Emenda ao projeto de Constituição.

Dê-se ao art. 494 do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização a seguinte redação:

"Art. 494. Tornar-se-ão sem efeito, na data da promulgação desta Constituição, as autorizações de pesquisa, as concessões de lavra e os demais títulos atributivos de direitos minerários que estejam inativos ou sem produção, ou cujos trabalhos exploratórios ou extrativos não hajam

sido comprovadamente iniciados nos prazos legais, a juízo do poder concedente."

Justificativa:

Enquanto se fala da reforma agrária, enquanto se cogita da estabilidade do trabalhador, passando pela jornada de trabalho, ao mesmo tempo em que se defende a liberdade sindical, na esteira da valorização do trabalho frente ao capital, não pode o Legislador Constituinte deixar passar o ponto alto da economia nacional que é o seu potencial em minerais, tido como filho rejeitado e de aluguel. De fato, assistimos calados à exaustão caótica dos nossos mananciais, a paralização brutal dos ensaios tecnológicos e a dependência cada vez maior da tecnologia externa que ajudamos a desenvolver e aprimorar sem qualquer perspectiva econômica, senão a catastrófica corrosão das nossas reservas, inclusive morais, pelo empobrecimento das nossas riquezas! Hoje, os minérios são pesquisados para ser utilizados em processos tecnológicos desenvolvidos no exterior. Como consequência, não se desenvolve um esforço de pesquisa para o bem mineral que se tem, mas para aquele que é demandado pelos países industrializados. Incrível que um país como o nosso descure tanto de sua riqueza mineral subjacente, não dê a ela o tratamento que cumpre dar, transformando-a em bem econômico capaz de assegurar-lhe a independência econômica.

É real o que se contém no subsolo brasileiro em riqueza mineral, só que não se dá a ela a atenção e não se dá a ela o tratamento digno e patriótico, muito ao contrário, em nome dela se atende a interesses escusos alienígenas.

Todos sabem que para cada 1 dólar de produção do bem mineral primário obtém-se 6 dólares, na indústria de transformação mineral. Esses valores são sopesados pelo trabalho e pela tecnologia. É evidente o potencial de criação de empregos, a partir da mineração e o dinamismo que essa atividade imprime à economia interna. O valor do produto mineral transformado, depois de agregados, principalmente o trabalho e a tecnologia, representa 25% do produto interno bruto e poderá fazer com que esse produto aumente, aceleradamente, desde que medidas objetivas como as que se propõem, liberem as áreas que, hoje, estão estocadas por muitas empresas e possa vir a produzir seus efeitos na economia nacional. Ao contrário disto tudo, o Governo brasileiro vem num crescendo na direção de esmagar o desenvolvimento no setor mineral.

Já em 1974 Decreto-Lei 1.308, acertou que 10% dos impostos únicos passaram para "reserva especial", para em seguida criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento (F.N.D.), retirando de vés esses recursos da produção mineral, diluindo-os no rol de uma economia desordenada (Lei nº 6.093/74), e por último em 1981 foi extinto o Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Este é um país que não conta sequer com mapeamento geológico adequado. Existe no momento tão somente o mapeamento geológico básico na relação 1:1 000 000 a nível de reconhecimento da Região Amazônica.

A Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (C.P.R.M.) está com apenas 40% de sua potencialidade.

Paralisou praticamente sua atividade.

Os recursos dos impostos únicos sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, energia elétrica e minerais do país e destinados à pesquisa no setor mineral desapareceram, diluíram-se e assim estava decretada a falência do setor mineral.

Foram aplicados verdadeiros golpes contra a economia nacional em nosso país com o beneplácito dos nossos governantes.

Extinguiu-se a preferência do proprietário do solo, abrindo-se o leque para quantos pretendessem utilizar-se do protocolo. Como já se disse, secaram os recursos da C.P.R.M.

Já em 1978 no Governo Geisel com o advento de Delfin Netto no Planejamento em 1979, os recursos foram centralizados na Seplan e a partir daí o setor mineral caiu definitivamente no esquecimento.

A C.P.R.M. companhia de Pesquisa e Recursos Minerais sumiu do organograma do setor mineral. Acresce que os 10% dos impostos únicos sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, antes investidos em pesquisas foram suprimidos, além de terem suprimido também os dividendos da União na Valo do Rio Doce antes aplicados nas pesquisas.

O prejuízo foi de que cessaram os levantamentos geológicos básicos, permitindo-se, portanto, que empresas multinacionais investissem no setor. Não bastasse isso houve redução brutal de verbas orçamentárias para o setor mineral, o que fez cair todo um trabalho que vinha num crescendo, entre pesquisas, análises e mapeamento geológico e tudo o mais sob o ponto de vista tecnológico, resultando isso tudo em benefício, é claro das multinacionais; há mais ou menos 35.000 empresas sentadas sobre a jazida requerida para pesquisa e lavra, reconhecidos como potencialmente viáveis.

Tanto é isso verdade que somente a British Petroleum / Brascan e seu seus associados estrangeiros, juntamente com a Anglo-American detém 61% do total em km controlados pelos grupos estrangeiros.

Infelizmente o Brasil não tem exercitado o que lhe caberia fazer como imperativo constitucional o seu domínio pleno sobre as jazidas minerais. Parece desconhecer o texto da Organização das Nações Unidas:

"Total e permanente soberania do Estado sobre os seus recursos naturais e todas as atividades econômicas.

Para salvaguardar esses recursos, todo Estado tem o direito de exercer controle efetivo sobre eles, bem como sua exploração pelos meios compatíveis com as condições de que dispõe, inclusive o de nacionalizá-los ou de transferir sua propriedade para os nacionais, direito este que é expressão da total e permanente soberania do Estado. Nenhum Estado pode ser submetido à coerção política, econômica ou de qualquer natureza destinada a impedir o livre e amplo exercício desse direito inalienável".

A Constituição vigente abriu para estrangeiros enquanto autoriza a que sociedades organizadas no país, pesquem e lavrem. Ai os estrangeiros comandam o sistema em prejuízo dos interesses nacionais. Operam-se transações sem que o Governo brasileiro com base na legislação vigente possa interromper.

O Grupo Anglo-American – 8º maior do Brasil - no setor mineral adquiriu no exterior o controle das empresas Sudamericanas Consolidadas S/A, com sede no Panamá que pertencia ao Grupo Rotschild – 15º maior no "Raking" da mineração nacional. Com essa transação a Anglo-American passou da 8ª para a 4ª posição entre os 50 maiores grupos em atuação no território brasileiro.

Para entendermos melhor a importância política e estratégica da operação realizada como disse, sem análise prévia, ou, intervencionismo do Governo, convém lembrar que com a compra da "holding" panamenha a Anglo-American assumiu o controle da mineração "morro velho" de Minas Gerais, responsável pela produção do ouro no Brasil, controlou também a Mineração Catalão que detém a 2ª maior mina de nióbio; acresceu ainda a Fosfatos de Goiás S/A que produz 500.000 toneladas anuais de fosfatos.

Além disso, passou a deter 70% da produção nacional de níquel como compra da Codemin, maior produtor de liga ferro-níquel entre nós, e assim, isso é que é mais grave, o controle da Mineração Sertaneja do Grupo Brasimet, primeira produtora nacional de tungstênio.

Estudo realizado em 1985 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico demonstra que o capital forasteiro detém a significativa participação de 42% da produção mineral brasileira, excluído o Petróleo. 55% de toda a produção de minerais metálicos e cerca de 85% da indústria de não metálicos são controlados por grupos estrangeiros.

Toda a produção industrial de ouro é oriunda da mineração morro velho, controlada pela Anglo-American, como já disse.

Poderosa firma francesa, a Société Minière e mais Métallurgique de Penarroja controla 98% da produção de prata, 92% da produção dos nossos diamantes estão nas mãos do Grupo BELGA União Mineral.

O FERRO, o mais tradicional de nossos minerais, não é só da Vale do Rio Doce, como muitos podem pensar; 48% da produção nacional estão divididos entre Bethlehem Steel, a Utah Corporation, a Engelhard e outros menores.

O aproveitamento de 85% da bauxita realiza-se por meio de empreendimentos com participação estrangeira, dos quais 25% são integralmente controlados pelo Grupo Americano ALCOA e pela Canadense ALCAN.

A B.P. (British Petroleum) e a Brascan respondem por 24% de estanho, enquanto o Grupo Bayer, alemão produz 35% da fluorita brasileira.

A Anglo-American – sempre ela – e o Grupo Argentino Bunge e Borne controlam 30% da produção de fertilizantes.

Verificar-se-á que o capital externo detém o controle integral de 370 empresas e uma participação especial em 212 outras.

É de estarrecer o número de Autorizações e Alvarás destinados às empresas estrangeiras.

	Autorização	Alvarás
British Petroleum	799	1.666
Brascan	625	1.086
Utah – G.E	449	568
Inco	245	338
Royal D.P / Shell	69	280
Aebed	151	63
Rio Tinto Zinc	6	97
	2.344	4.098

Note-se que a British Petroleum tem 799 pedidos de autorização e 1.666 alvarás. A Brascan 625 pedidos de autorização e 1.086 alvarás. A gula das estrangeiras é insaciável. Sabe-se que sua estratégia é de ação bem definida. Objetiva controlar a produção de determinados bens minerais de modo a só permitirem o seu aproveitamento quando lhes for conveniente. Sentam-se em cima da jazida.

É doloroso constatar que o peso do capital privado nacional na produção mineral do país é hoje apenas 27% do total.

Parece-me fundamentar que se avance no tratamento do regime de utilização dos bens minerais, substituindo-se a concessão administrativa de hoje pelo contrato com prazo determinado à semelhança do que faz a maioria dos países em desenvolvimento, de sorte que através da negociação caso a caso possam ser fixadas as obrigações e definidos os deveres do minerador e estabelecida de forma clara a contrapartida para a União em formas econômicas, financeiras e sociais.

O avanço verificado nas nações do mundo não desenvolvido, detentores de substanciais reservas de petróleo, sobretudo na década de "70" adveio justamente da eliminação das antigas concessões, que duravam às vezes 100 anos e sua substituição pela modalidade contratual, elaborada tendo como pano de fundo a nova legislação que se editou, mas sempre dotada de flexibilidade suficiente para acomodar os interesses das partes contratantes.

Parecer:

Entendemos devam ser mantidos, no novo texto constitucional, os direitos adquiridos referentes às concessões de pesquisa e lavra de recursos minerais, ficando a cargo de leis infra-constitucionais dispor sobre os casos que

venham a afetar os interesses do país no desenvolvimento das atividades minerais.
Por essa razão somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:12603 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o art. 494 do Projeto de Constituição.

Justificativa:

O assunto tratado no artigo 494 do Projeto de Constituição deve ser disciplinado através da legislação ordinária, daí a razão da presente emenda.

Parecer:

Tem dúvida que a remissão pretendida no disposto do art. 294, torna o mandamento absolutamente inócuo. Pela rejeição.

EMENDA:12958 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MARQUES (PFL/PE)

Texto:

Suprima-se o art. 494 das Disposições

Constitucionais Transitórias.

Justificativa:

A inexistência de uma remissão pretendida torna o mandamento absolutamente inócuo, ao referir-se a um monopólio que não esclarece. Subentende-se, apenas, que pretende excluir do sistema estatal de exploração do petróleo as refinarias existentes no País, a partir da lei nº 2.004, de 1.953.

Por hipótese, o autor da sugestão procurará corrigir essa redação anômala.

Se não o fizer, seja pura e simplesmente suprimida.

Parecer:

O artigo 494 deve ser mantido, pois trata-se de evitar que as empresas mineradoras, mediante o acúmulo de concessões, mantenham improdutivas das jazidas sob sua alçada.

Pela rejeição.

EMENDA:13765 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Altere-se a redação do Art. 494 do Projeto, da seguinte forma:

"Art. 494 - Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos cinco anos, contados da data da promulgação desta Constituição, caso as jazidas não estejam sendo lavradas na forma prevista em lei."

Justificativa:

A expressão "sem exploração em escala comercial" constante da redação dada pelo Projeto ao art. 494 é por demais vazia, podendo gerar interpretações nocivas aos interesses do setor mineral.

O dispositivo não leva em consideração as condições de mercado, que influem sazonalmente nas atividades de lavra das minas em operação, fixando a escala de produção destas e a consequente comercialização do minério lavrado.

O atual Código de Mineração já prevê as condições básicas para a concessão da lavra e para a manutenção dos direitos de exploração das jazidas concedidas, não estabelecendo restrições que levem em conta a escada comercial dessa exploração. Nesse aspecto, os critérios fixados pelo Código vigente atendem aos interesses nacionais quanto ao setor mineral, não sendo conveniente introduzir-se um novo princípio que não é compatível com a realidade desse setor.

Parecer:

Entendemos devam ser mantidos, no novo texto constitucional, os direitos adquiridos referentes às concessões de pesquisa e lavra de recursos minerais, ficando a cargo de leis infra-constitucionais dispor sobre os casos que venham a afetar os interesses do país no desenvolvimento das atividades minerais.

Por essa razão somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:14222 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Substitutiva destinada a reservar a empresas nacionais a exploração do subsolo e a conter as exportações que sacrifiquem a industrialização no País.

Substitua-se a redação do art. 308 e seu parágrafo único pela seguinte redação:

Art. 308 - A pesquisa e lavra das jazidas, minas e dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei e somente a brasileiros ou a sociedade nacionais, como definidas nesta Constituição e não poderão ser transferidas sem anuência do poder concedente.

§ 1o. As autoridades de pesquisa mineral e as concessões de lavra serão por tempo determinado, renováveis no interesse nacional, conforme dispuser a lei.

§ 2o. O regime de exploração de recursos naturais garantirá aos Estados e Municípios em que ela se fizer, a participação em seus resultados.

§ 3o. A transferência das terras onde existam jazidas, minas, outros recursos minerais e potenciais de energia elétrica somente pode ser efetuada a brasileiros ou a sociedades nacionais, na forma da lei.

§ 4o. A lei disporá sobre a proibição temporária ou definitiva de exportação de minerais in natura ou beneficiados, de valor estratégico, assim considerados ou indispensáveis ao desenvolvimento das indústrias no País ou à segurança militar ou ao equilíbrio de preços no mercado internacional, de modo a impedir o aviltamento provocado por monopólios e cartéis, nocivos ao interesse nacional.

Substitua-se a redação do art. 494 das

Disposições Transitórias pela seguinte redação.

Art. 494 - As empresas portadoras de capital estrangeiro, concessionárias ou autorizadas a pesquisar ou lavrar jazidas, minas e potenciais de energia hidráulica, devem adaptar-se, no prazo de um ano, a partir da promulgação desta Constituição, às normas do art. 308 e ficam rescindidas, e declaradas sem efeito, sem ônus para a União, as autorizações e concessões

inativas ou em desacordo com os requisitos ali estabelecidos.

Justificativa:

As medidas propostas visam a acolher a formulação a que chegara a Comissão Afonso Arinos.

A medida apenas retorna ao que dispunham a Constituição de 1934, em seu art. 119, § 4º e a Constituição de 1937, no art. 143, § 1º e art. 144. Só não se encontra tão explícita a medida na Constituição de 1946, pelos motivos que constam de discursos de Arthur Bernardes, Atílio Vivacqua, Barbosa Lima Sobrinho, Nestor Duarte, Gabriel Passos, Euzébio Rocha, Hermes Lima, Domingos Velasco e tantos outros que lutaram pela defesa dos interesses nacionais. A Constituição de 1946, nessa matéria, exhibe redação sibilina. Essa ambiguidade permitiu "legalmente" ao Brasil perder as minas de manganês do Amapá, concedidas a uma subsidiária de Bethlehem Steel Corporation, em 1947, pelo Gen. Eurico Dutra, as minas de ferro do Vale do Paraopeba, por Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1958, para a Hunna Company, como anteriormente perdera as minas de ouro para St. John Del Rey Mining Company Ltda e as de manganês de Lafaiete para a United Steel Co. Ver, do Desembargador Osny Duarte Pereira "Ferro e Independência", Rio, 1967, e "O que é Constituição?", Rio, 1964. A desnacionalização do subsolo brasileiro ocorrida nas últimas décadas alarma a quantos se ocupam desse aspecto da soberania nacional. Chegamos a importar manganês do Gabão, ante o esgotamento das minas, praticado pela Bethlehem Steel e pela United States Steel, esgotamento que colocou em risco a competitividade do aço brasileiro.

Essa imprevidência, esse impatriotismo e insanidade foram bem compreendidos pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que, no art. 322 do Anteprojeto, inciso III, proibiu "a transferência a estrangeiros das terras onde existam jazidas, minas, outros recursos minerais e potenciais de energia elétrica", restaurando as preocupações dos constituintes de 1934, no art. 119, § 4º e de 1937, no art. 144.

As empresas estrangeiras que perdem esses privilégios etiquetam esta defesa da soberania nacional de xenofobia e muitos brasileiros ingênuos repetem, sem saber o que é xenofobia. Ignoram que, ao mesmo tempo, os defensores da soberania nacional são, frequentemente, estrangeiros e filhos de estrangeiros vindos para o Brasil, irmanados aos demais, na construção de um novo Brasil e que nada tem a ver com essas empresas monopolísticas entregues ao culto de um capitalismo selvagem responsável, em maior parte, pela miséria do Terceiro Mundo.

Lamentável é que um desses brasileiros ingênuos participou da Comissão Provisória, na função de Secretário-Geral; era Professor da Escola Superior de Guerra e não logrou assimilar o que se tornou óbvio à maioria. O comércio internacional de minérios encontra-se controlado por cartéis que mantêm o Terceiro Mundo submetido a uma pilhagem impiedosa. Nenhum país libertou-se do subdesenvolvimento vendendo suas riquezas minerais, inclusive petróleo, in natura. Mais ainda, a dominação sobre o Brasil tem sido exercida de tal forma que esses cartéis obtêm o direito de pesquisas nas regiões onde há certos minérios necessários à nossa indústria, e impedem a lavra, para obrigar-nos a importar os que eles já exploram em outras partes do mundo. Em 1983, o consumo total de minérios pelo Brasil, atingiu a US\$ 12,3 bilhões. O país importou 85,9% desse total (O Globo, de 03.02.85).

Cuidou-se ainda de evitar a exaustão de minas para exportação primária e com sacrifício das indústrias, como ocorreu com a produção de aço e ainda a exportação gravosa que alimenta manobras dos cartéis internacionais.

Parecer:

Vários dos dispositivos apresentados pela emenda são, no nosso entender, objeto de leis ordinárias, não devendo, pois serem incluídos no texto constitucional.

A forma de autorização de pesquisa e concessão de lavra, por tempo determinado, objeto do § 1º do art. 308 da emenda substitutiva poderá ser aceita, por se tratar de dispositivo que atende aos interesses nacionais na matéria.

Em relação ao art. 494, entendemos devam ser mantidos no novo texto constitucional, os direitos adquiridos referentes às concessões de pesquisa e lavra de recursos minerais, ficando a cargo de leis infra-constitucionais dispor sobre os casos que venham a afetar os interesses do país na matéria.

Pelas razões acima, somos pela aprovação parcial da emenda, acolhendo a forma de "contrato por tempo determinado" e rejeitando os demais dispositivos, nos termos do presente substitutivo.

EMENDA:14618 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

Texto:

Título X - Disposições transitórias

Ao artigo 494 - Suprima-se.

Justificativa:

Visa o referido artigo 494, cuja autoria é ignorada, manter as atuais concessões de lavra de minérios.

Ora, é sabido que grande parte do subsolo brasileiro está alienada a empresas multinacionais.

Recentemente o Conselho Nacional de Pesquisas divulgou um trabalho admirável elaborado pelos professores Francisco Rego Chaves Fernandes, Ana Maria Botelho M. da Cunha, Maria de Fátima Faria dos Santos, José Raimundo Coutinho de Carvalho e Maurício Lins Arcoverde, sob o título "O SUBSOLO BRASILEIRO". Nesse trabalho excepcional, que deve ser do conhecimento obrigatório dos constituintes, fica esclarecido que os grupos estrangeiros controlam sozinhos 401.757 km² de minas e jazidas no território nacional. Os grupos nacionais estatais detêm 283.076 km² e os grupos nacionais privados 368.569 km². A área sob o poder dos grupos mineradores estrangeiros equivale ao território dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná reunidos. Embora o Código de Mineração (Decreto-lei 227/67) estabeleça o limite de 50 (cinquenta) concessões a cada firma ou pessoa, só a "British Petroleum" possui através de subsidiárias 192.859 km² com 4.642 concessões.

Como salienta o Professor Adrian Ricardo Levinson na introdução daquele livro: "Aos constituintes cabe refletir sobre a paisagem brasileira e sobre as grandes tendências que nela se delineiam para, a partir dessa reflexão, definir os objetivos permanentes da nação, bem como políticas capazes de materializá-las.

Em discurso pronunciado na Comissão de Sistematização no dia 11.07.87, reclamei a supressão do referido artigo 494 e demonstrei o perigo que representava para a soberania nacional, tendo obtido o compromisso dos senhores senadores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e do relator deputado Bernardo Cabral de apoiarem a rejeição do dispositivo.

Jazidas de ouro, nióbio, prata, tungstênio, cobre, níquel, estanho e ferro estão assim alienadas às multinacionais enquanto o povo brasileiro é espoliado para pagar uma dívida externa ilegítima.

Parecer:

Pela aprovação.

A emenda é aprovada, nos termos do substitutivo.

EMENDA:16655 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se ao Art. 494, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"Art. 494 - As concessões ou qualquer outro regime de direito mineral que envolva lavra não explorada, prescreverão decorridos dois anos da promulgação desta Constituição, sendo anuladas após este período, retornando a propriedade ao Poder Público, sem qualquer indenização".

Justificativa:

O Art. 494 do Projeto de Constituição estabelece:

"Art. 494. Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos cinco anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição."

Na forma da Emenda que apresentamos, o prazo de prescrição será de dois anos e a propriedade retornará ao Poder Público, sem qualquer indenização.

Conforme argumentamos ao propor esta Emenda em fase anterior, toda concessão há que ser entendida como um privilégio que pressupõe responsabilidade e reciprocidade social por parte do beneficiário dela.

As dúvidas sobre a legalidade das concessões durante regimes passados, por si só, justificam o interesse em preservar a lisura das concessões após a promulgação desta Constituição.

Não se pode admitir que concessionários ou detentores durmam em cima de jazidas sem explorá-las, impedindo que outros mais capazes e melhor intencionados possam fazê-lo.

Parecer:

Entendemos devam ser mantidos, no novo texto constitucional, os direitos adquiridos referentes às concessões de pesquisa e lavra de recursos minerais, ficando a cargo de leis infra-constitucionais dispor sobre os casos que venham a afetar os interesses do país no desenvolvimento das atividades minerais. Por essa razão, somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:17203 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT/SP)

Texto:

Substituíam-se os artigos e parágrafos citados pelos seguintes:

"Art. 306. - As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo e pertencem à União.

.....
§ 2o. - A título de indenização pela mineração, parcela dos resultados da lavra, a ser definida em lei, será destinada à formação de um Fundo de Exaustão para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do município onde se localiza a jazida.

Art. 307. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de Minas em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas estatais ou empresas nacionais.

Parágrafo único. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de Minas em terras indígenas somente poderão ser efetuados por empresas estatais, e dependerão da prévia aprovação do Congresso Nacional.

Art. 308. A prospecção, exploração, desenvolvimento e a lavra de Minas, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia e dos recursos hídricos, dependem de autorização ou concessão de Poder Público contratados sempre por prazo determinado, no interesse nacional, e não poderão ser transferidos sem prévia anuência do poder concedente."

"**Art. 494.** Serão mantidas as atuais concessões cujos direitos de lavra prescreverão decorridos três anos sem a sua comercialização, contados a partir da promulgação desta Constituição."

Justificativa:

Basicamente, a presente proposição intenta produzir melhoria em texto que consideramos de alta relevância. Pequena modificação de mérito é proposta ao art. 494 das Disposições Transitórias, para reduzir de cinco para três anos o prazo de prescrição do direito de lavra, quando não exercitado comercialmente no tempo aprazado.

Parecer:

A presente proposição foi aproveitada em grande parte no projeto de constituição. Pela aprovação parcial.

EMENDA:18164 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON WEDEKIN (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se ao art. 494 das Disposições Transitórias a seguinte redação, acrescentando-se igualmente o seguinte parágrafo único:
Art. 494. Ao Congresso Nacional caberá responsabilidade pela reavaliação das concessões de lavras de recursos minerais, feitas a partir de 1960, podendo o Congresso decidir pela suspensão ou revogação de concessões, mediante indenização a ser regulada por lei.
Parágrafo único. As atuais concessões que não forem exploradas em escala comercial, nos próximos 3 anos, contados a partir da promulgação desta Constituição, prescreverão automaticamente,

perdendo seus concessionários o direito de lavra, sem indenização por parte do poder público.

Justificativa:

Neste momento em que o País dispõe de uma excepcional oportunidade para começar de novo, para corrigir os erros do passado, será de grande importância para o futuro do País dar ao Congresso Nacional o poder de rever determinados aspectos da política mineral feitas nas últimas décadas.

Conforme determina o código de mineração, as empresas de mineração estão obrigadas a apresentar ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) relatórios anuais sobre suas atividades. Tal exigência reduz o poder que tem uma empresa de obstruir por um período maior de tempo a exploração de uma reserva mineral, como também de trabalhar uma jazida de forma contrária aos interesses do País.

Apesar disso, será de grande valia dar ao Congresso Nacional o poder de rever concessões de lavra mais antigas. Sabe-se que a política mineral implementada durante o período do regime militar caracterizava-se pelo privilégio a certos grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, muitas vezes em prejuízo dos interesses e da soberania nacionais.

Com o advento da Assembléia Nacional Constituinte, os rumos da política mineral serão amplamente debatidos e as diretrizes contidas na nova Constituição serão de cunho democrático e melhor ajustadas às nossas necessidades. Espera-se, portanto, evitar muitos erros incorridos no passado. Mas não basta apenas corrigir o rumo, de hoje em diante. Nossas jazidas minerais, exauríveis, são tão preciosas que é preciso criar um procedimento pelo qual as concessões feitas sob critérios desatualizados possam ser revistas. E o melhor canal para ajustar as concessões antigas às novas diretrizes contidas na Constituição é, justamente, o Congresso Nacional, legítimo representante de toda população. O Congresso deverá avaliar as concessões para verificar se as empresas de mineração não receberam benefícios hoje considerados inaceitáveis, se não estão explorando de forma inadequada recursos escassos ou estratégicos, se os pagamentos feitos à sociedade pela exploração dos recursos não são baixos demais, etc.

Quando as concessões estiverem em desacordo com as diretrizes atuais, o poder legislativo poderá, então, modificar as condições ou até mesmo renovar a concessão, mediante uma compensação ou indenização à empresa mineradora, que deverá ser regulada por lei ordinária.

Com relação à proposta do § primeiro, absorvemos o que já estava inserido no art. 494, do projeto de constituição, adequando-o a nossa proposta, e acrescentando a não indenização na hipótese prevista no § único.

Parecer:

Entendemos devam ser mantidos, no novo texto constitucional, os direitos adquiridos referentes às concessões de pesquisa e lavra de recursos minerais, ficando a cargo de leis infra-constitucionais dispor sobre os casos que venham a afetar os interesses do país no desenvolvimento das atividades minerais. Por essa razão, somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:19089 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SEVERO GOMES (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se ao art. 494, das Disposições Transitórias, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"Título X

Das Disposições Transitórias

.....
Art. 494 - Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos 03 (três) anos sem exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição, com exceção daquelas cujo prazo de duração termine antes do estipulado."

Justificativa:

A modificação visa alterar o prazo fixado no artigo, incluído no Título X, das Disposições Transitórias, reduzindo-o para 03 (três) anos, por ser o prazo razoável a que os atuais detentores de concessões e lavras possam adotar as providências para explorá-las comercialmente, sob pena de caducidade.

Parecer:

A legislação ordinária específica trata da matéria objeto da presente emenda. Pela sua rejeição.

EMENDA:19303 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 494.

-----Dê-se ao Art. 494 a seguinte redação:

Art. 494 - As atuais concessões de lavra de minério, atualmente em operação comercial, detidas por empresas não nacionais expedirão no de 2 (dois) anos; as demais concessões dessas empresas, inativadas ou operando em escala não comercial, bem como as concessões de pesquisa mineral, expirarão de imediato.

Justificativa:

Dá destinação às empresas estrangeiras atingidas por dispositivo do anteprojeto que veda a estas a atividade mineradora.

Parecer:

Entendemos devam ser mantidos, no novo texto constitucional, os direitos adquiridos referentes às concessões de pesquisa e lavra de recursos minerais, ficando a cargo de leis infra-constitucionais dispor sobre os casos que venham a afetar os interesses do país no desenvolvimento das atividades minerais
Por essa razão, somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:19420 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

Emenda ao art. 494, com nova redação:

Art. 494 - As autorizações de pesquisa mineral e as concessões de lavra serão por tempo determinado e sempre no interesse nacional, não podendo ser transferidas, sem anuência do poder concedente:

§ 1o. - Ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, em valor não inferior ao dízimo do imposto, sobre minerais.

§ 2o. - As atuais concessões, mesmo com direitos de lavra, em vigor, com ou sem exploração, serão revistas dentro de um ano, contado a partir da promulgação desta Constituição, para adequá-las ao "caput" deste e de outros artigos.

Justificativa:

Raros os Constituinte que, enquanto candidatos, deixaram de fazer o discurso compromissado com o social. As profundas diferenças sociais e regionais pautaram os pronunciamentos aos eleitores.

Agora é hora de transformar palavras em ação, discurso em prática promessa em realidade. Assim, a construção de uma nova ordem econômica e social depende (e muito) das transformações profundas que venham a ocorrer nas estruturas do Estado, previstas na nova Constituição. Atender a aspiração nacional, resgatar promessas e definir corajosas mudanças estruturais são a própria razão da existência desta Assembléia Nacional Constituinte. Os que desejam manter a sociedade que aí está, com a sua perversa e trágica diferença entre os indicadores econômicos e sociais, defenderão o atraso, o conservadorismo, os privilégios, os oligopólios, os cartéis, a dominação tecnológica, a voracidade do grande capital nacional e multinacional, a rapinagem de nossas riquezas, a exploração do trabalho, os benefícios à classe dominante, enfim, o capitalismo selvagem. Os que

sintonizados com a vontade nacional – desejam o moderno, transformador, justo, construirão princípios, mecanismos, estruturas para que finalmente tenhamos no Brasil um Estado de Direito, Democrático e Social. Por tudo que sabemos e conhecemos neste campo se estabelece a batalha principal da Assembléia Nacional Constituinte.

Parecer:

Pela rejeição.

Nos termos do substitutivo são mantidos os dispositivos referentes a direitos adquiridos sobre pesquisa e concessão de lavras, deixando-se para leis ordinárias a tarefa de regulamentar as situações que afetem aos interesses do país.

Por essa razão, somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:19396 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: Título X do projeto de Constituição.

O Título X, Das Disposições Transitórias, passa a ter a seguinte redação:

"Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias.

[...]

Art. 54. Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos dois anos se exploração em escala comercial, contados a partir da promulgação desta Constituição.

[...]

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

O Substitutivo contempla, em parte, o conteúdo da Emenda. Pela aprovação.

FASE O

EMENDA:23876 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

Disposições Transitórias, Título X

Inclua-se onde couber:

"Art. - Tornar-se-ão sem efeito, na data da promulgação desta Constituição, as autorizações de pesquisa, as concessões de lavra e os demais títulos atributivos de direitos que estejam inativos ou sem produção, ou cujos trabalhos exploratórios ou extrativos não hajam sido comprovadamente iniciados nos prazos legais, a juízo do poder concedente."

Justificativa:

Enquanto se fala da reforma agrária, enquanto se cogita da estabilidade do trabalhador, passando pela jornada de trabalho, ao mesmo tempo em que se defende a liberdade sindical, na esteira da valorização do trabalho

frente ao capital, não pode o Legislador Constituinte deixar passar o ponto alto da economia nacional que é o seu potencial em minerais, tido como filho rejeitado e de aluguel. De fato, assistimos calados à exaustão caótica dos nossos mananciais, a paralização brutal dos ensaios tecnológicos e a dependência cada vez maior da tecnologia externa que ajudamos a desenvolver e aprimorar sem qualquer perspectiva econômica, senão a catastrófica corrosão das nossas reservas, inclusive morais, pelo empobrecimento das nossas riquezas! Hoje, os minérios são pesquisados para ser utilizados em processos tecnológicos desenvolvidos no exterior. Como consequência, não se desenvolve um esforço de pesquisa para o bem mineral que se tem, mas para aquele que é demandado pelos países industrializados. Incrível que um país como o nosso descure tanto de sua riqueza mineral subjacente, não dê a ela o tratamento que cumpre dar, transformando-a em bem econômico capaz de assegurar-lhe a independência econômica.

É real o que se contém no subsolo brasileiro em riqueza mineral, só que não se dá a ela a atenção e não se dá a ela o tratamento digno e patriótico, muito ao contrário, em nome dela se atende a interesses escusos alienígenas.

Todos sabem que para cada 1 dólar de produção do bem mineral primário obtém-se 6 dólares, na indústria de transformação mineral. Esses valores são sopesados pelo trabalho e pela tecnologia. É evidente o potencial de criação de empregos, a partir da mineração e o dinamismo que essa atividade imprime à economia interna. O valor do produto mineral transformado, depois de agregados, principalmente o trabalho e a tecnologia, representa 25% do produto interno bruto e poderá fazer com que esse produto aumente, aceleradamente, desde que medidas objetivas como as que se propõem, liberem as áreas que, hoje, estão estocadas por muitas empresas e possa vir a produzir seus efeitos na economia nacional. Ao contrário disto tudo, o Governo brasileiro vem num crescendo na direção de esmagar o desenvolvimento no setor mineral.

Já em 1974 Decreto-Lei 1.308, acertou que 10% dos impostos únicos passaram para “reserva especial”, para em seguida criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento (F.N.D.), retirando de vês esses recursos da produção mineral, diluindo-os no rol de uma economia desordenada (Lei nº 6.093/74), e por último em 1981 foi extinto o Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Este é um país que não conta sequer com mapeamento geológico adequado. Existe no momento tão somente o mapeamento geológico básico na relação 1:1 000 000 a nível de reconhecimento da Região Amazônica.

A Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (C.P.R.M.) está com apenas 40% de sua potencialidade.

Paralisou praticamente sua atividade.

Os recursos dos impostos únicos sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, energia elétrica e minerais do país e destinados à pesquisa no setor mineral desapareceram, diluíram-se e assim estava decretada a falência do setor mineral.

Foram aplicados verdadeiros golpes contra a economia nacional em nosso país com o beneplácito dos nossos governantes.

Extinguiu-se a preferência do proprietário do solo, abrindo-se o leque para quantos pretendessem utilizar-se do protocolo. Como já se disse, secaram os recursos da C.P.R.M.

Já em 1978 no Governo Geisel com o advento de Delfin Netto no Planejamento em 1979, os recursos foram centralizados na Seplan e a partir daí o setor mineral caiu definitivamente no esquecimento.

A C.P.R.M. companhia de Pesquisa e Recursos Minerais sumiu do organograma do setor mineral. Acresce que os 10% dos impostos únicos sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, antes investidos em pesquisas foram suprimidos, além de terem suprimido também os dividendos da União na Valo do Rio Doce antes aplicados nas pesquisas.

O prejuízo foi de que cessaram os levantamentos geológicos básicos, permitindo-se, portanto, que empresas multinacionais investissem no setor. Não bastasse isso houve redução brutal de verbas orçamentárias para o setor mineral, o que fez cair todo um trabalho que vinha num crescendo, entre pesquisas, análises e mapeamento geológico e tudo o mais sob o ponto de vista tecnológico, resultando isso tudo em benefício, é claro das multinacionais; há mais ou menos 35.000 empresas sentadas sobre a jazida requerida para pesquisa e lavra, reconhecidos como potencialmente viáveis.

Tanto é isso verdade que somente a British Petroleum / Brascan e seu seus associados estrangeiros, juntamente com a Anglo-American detém 61% do total em km controlados pelos grupos estrangeiros.

Infelizmente o Brasil não tem exercitado o que lhe caberia fazer como imperativo constitucional o seu domínio pleno sobre as jazidas minerais. Parece desconhecer o texto da Organização das Nações Unidas:

"Total e permanente soberania do Estado sobre os seus recursos naturais e todas as atividades econômicas.

Para salvaguardar esses recursos, todo Estado tem o direito de exercer controle efetivo sobre eles, bem como sua exploração pelos meios compatíveis com as condições de que dispõe, inclusive o de nacionalizá-los ou de transferir sua propriedade para os nacionais, direito este que é expressão da total e permanente soberania do Estado. Nenhum Estado pode ser submetido à coerção política, econômica ou de qualquer natureza destinada a impedir o livre e amplo exercício desse direito inalienável".

A Constituição vigente abriu para estrangeiros enquanto autoriza a que sociedades organizadas no país, pesquisem e lavrem. Aí os estrangeiros comandam o sistema em prejuízo dos interesses nacionais. Operam-se transações sem que o Governo brasileiro com base na legislação vigente possa interromper.

O Grupo Anglo-American – 8º maior do Brasil - no setor mineral adquiriu no exterior o controle das empresas Sudamericanas Consolidadas S/A, com sede no Panamá que pertencia ao Grupo Rothschild – 15º maior no

"Raking" da mineração nacional. Com essa transação a Anglo-American passou da 8ª para a 4ª posição entre os 50 maiores grupos em atuação no território brasileiro.

Para entendermos melhor a importância política e estratégica da operação realizada como disse, sem análise prévia, ou, intervencionismo do Governo, convém lembrar que com a compra da "holding" panamenha a Anglo-American assumiu o controle da mineração "morro velho" de Minas Gerais, responsável pela produção do ouro no Brasil, controlou também a Mineração Catalão que detém a 2ª maior mina de nióbio; acresceu ainda a Fosfatos de Goiás S/A que produz 500.000 toneladas anuais de fosfatos.

Além disso, passou a deter 70% da produção nacional de níquel com a compra da Codemin, maior produtor de liga ferro-níquel entre nós, e assim, isso é que é mais grave, o controle da Mineração Sertaneja do Grupo Brasimet, primeira produtora nacional de tungstênio.

Estudo realizado em 1985 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico demonstra que o capital estrangeiro detém a significativa participação de 42% da produção mineral brasileira, excluído o Petróleo. 55% de toda a produção de minerais metálicos e cerca de 85% da indústria de não metálicos são controlados por grupos estrangeiros.

Toda a produção industrial de ouro é oriunda da mineração morro velho, controlada pela Anglo-American, como já disse.

Poderosa firma francesa, a Société Minière e mais Métallurgique de Penarroja controla 98% da produção de prata, 92% da produção dos nossos diamantes estão nas mãos do Grupo BELGA União Mineral.

O FERRO, o mais tradicional de nossos minerais, não é só da Vale do Rio Doce, como muitos podem pensar; 48% da produção nacional estão divididos entre Bethlehem Steel, a Utah Corporation, a Engelhard e outros menores.

O aproveitamento de 85% da bauxita realiza-se por meio de empreendimentos com participação estrangeira, dos quais 25% são integralmente controlados pelo Grupo Americano ALCOA e pela Canadense ALCAN.

A B.P. (British Petroleum) e a Brascan respondem por 24% de estanho, enquanto o Grupo Bayer, alemão produz 35% da florita brasileira.

A Anglo-American – sempre ela – e o Grupo Argentino Bunge e Borne controlam 30% da produção de fertilizantes.

Verificar-se-á que o capital externo detém o controle integral de 370 empresas e uma participação especial em 212 outras.

É de estarrecer o número de Autorizações e Alvarás destinados às empresas estrangeiras.

	Autorização	Alvarás
British Petroleum	799	1.666
Brascan	625	1.086
Utah – G.E	449	568
Inco	245	338
Royal D.P / Shell	69	280
Aebed	151	63
Rio Tinto Zinc	6	97
	2.344	4.098

Note-se que a British Petroleum tem 799 pedidos de autorização e 1.666 alvarás. A Brascan 625 pedidos de autorização e 1.086 alvarás. A gula das estrangeiras é insaciável. Sabe-se que sua estratégia é de ação bem definida. Objetiva controlar a produção de determinados bens minerais de modo a só permitirem o seu aproveitamento quando lhes for conveniente. Sentam-se em cima da jazida.

É doloroso constatar que o peso do capital privado nacional na produção mineral do país é hoje apenas 27% do total.

Parece-me fundamentar que se avance no tratamento do regime de utilização dos bens minerais, substituindo-se a concessão administrativa de hoje pelo contrato com prazo determinado à semelhança do que faz a maioria dos países em desenvolvimento, de sorte que através da negociação caso a caso possam ser fixadas as obrigações e definidos os deveres do minerador e estabelecida de forma clara a contrapartida para a União em formas econômicas, financeiras e sociais.

O avanço verificado nas nações do mundo não desenvolvido, detentores de substanciais reservas de petróleo, sobretudo na década de "70" adveio justamente da eliminação das antigas concessões, que duravam às vezes 100 anos e sua substituição pela modalidade contratual, elaborada tendo como pano de fundo a nova legislação que se editou, mas sempre dotada de flexibilidade suficiente para acomodar os interesses das partes contratantes.

Parecer:

Pela aprovação.

A inclusão deste dispositivo tem por objetivo defender os interesses maiores do país no setor mineral, coibindo situações de improdutividade que afetam diretamente o seu desenvolvimento econômico. Para atender a tais interesses, somos pela aprovação da Emenda.

EMENDA:24092 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Inclua-se onde couber, Título X, Disposições Transitórias, o seguinte artigo.

Art. As concessões ou qualquer outro regime de direito mineral que envolva lavra não explorada, prescreverão decorridos dois anos da promulgação desta Constituição, sendo anuladas após este período, retornando a propriedade ao Poder Público, sem qualquer indenização.

Justificativa:

Conforme argumentamos ao propor esta Emenda em fase anterior, toda concessão há que ser entendida como um privilégio que pressupõe responsabilidade e reciprocidade social por parte do beneficiário dela.

As dúvidas sobre a legalidade das concessões durante regimes passados, por si só, justificam o interesse em preservar a lisura das concessões após a promulgação desta Constituição.

Não se pode admitir que concessionários ou detentores durmam em cima de jazidas sem explorá-las, impedindo que outros mais capazes e melhor intencionados possam fazê-lo.

A necessidade de se obter um prazo de prescrição dos direitos minerários, que envolvam lavras não exploradas ficou patente no projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, em seu Artigo 494. Entretanto, no Substitutivo do Relator tal medida foi sustada. Por entende-la indispensável para preservar interesses da Nação e para impedir que se mantenha tais direitos, decorrentes de Constituições anteriores, sem qualquer exigência de exploração, voltamos a reapresentar a proposição.

Parecer:

Pela rejeição.

O tempo proposto pela Emenda para prescrição de direitos minerários - dois anos, não se coaduna com as características específicas de maturação da atividade mineral, pelo que somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:28990 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

Texto:

--EMENDA ADITIVA

--DISPOSITIVO EMENDADO: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Seja incluído no Título X nas disposições transitórias o seguinte Artigo, onde couber:

Art. É de cento e oitenta dias, a partir da data da promulgação desta Constituição, o prazo para a nacionalização das empresas de pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais.

§ 1o. A União terá a preferência na assunção do controle acionário de empresa, podendo autorizar a transferência direta para empresa nacional, devendo a indenização ser feita na forma da lei.

§ 2o. Ficam acumuladas as concessões para pesquisa e lavra não iniciadas.

Justificativa:

A presente Emenda tem como objetivo viabilizar o que dispõe o Art. 232, compatibilizando com o que dispõe o Art. 226 e o inciso V, do Art. 234.

Parecer:

O universo das atividades relacionadas ao aproveitamento dos recursos naturais discriminados em recursos minerais e recursos hídricos requer um tratamento constitucional que consulte o interesse nacional sem, contudo, ir além dos limites razoáveis no que tange à determinação dos sujeitos e do objeto dessas atividades. Pela rejeição.

EMENDA:30808 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

Texto:

Emenda Aditiva ao Substitutivo do Relator

Título X - Disposições Transitórias

Inclua-se onde couber:

Art. - As autorizações ou concessões de lavras, minas e jazidas, que estiverem em desacordo com esta Constituição, prescreverão no prazo de cento e oitenta (180) dias de sua promulgação.

Justificativa:

Esta emenda procura restabelecer a soberania nacional inteiramente alienada a empresas multinacionais, que hoje detêm a maioria das concessões de minas no território do Brasil.

Só uma empresa, a "British Petroleum", possui área superior a 4.642 concessões de minas, numa área de 192.958 km².

As empresas estrangeiras obtiveram concessões de lavra, durante os governos militares, que se elevam a 401.757 km² ("O Subsolo Brasileiro", pelo Prof. Francisco Rego Chaves Fernandes e outros. Es. CNPq, 1987).

A Assembléia Nacional Constituinte tem o dever de resgatar a soberania nacional, alienada pelos governos autoritários nos últimos 20 anos.

Parecer:

O universo das atividades relacionadas ao aproveitamento dos recursos naturais discriminados em recursos minerais e recursos hídricos requer um tratamento constitucional que consulte o interesse nacional sem, contudo, ir além dos limites razoáveis no que tange à determinação dos sujeitos e do objeto dessas atividades. Pela rejeição.

FASE S

EMENDA:00337 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MARCOS LIMA (PMDB/MG)

Texto:

Dê-se ao art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias do Projeto de Constituição (A), da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"Art. 53. Ficam sem efeito as autorizações de pesquisa, as concessões de lavra e os demais títulos atributivos de direitos minerários, se a pesquisa estiver inativa ou a lavra sem produção, por mais de três anos contados da promulgação desta Constituição, ou se os trabalhos exploratórios ou extrativos não houverem sido comprovadamente iniciados nos prazos legais."

Justificativa:

Trata-se de medida saneadora, que combate abusos e responde aos interesses do País, penalizando atuações exclusivamente especulativas. Impõe-se, entretanto, a par de aprimorar a redação do dispositivo fixar um prazo para a declaração da caducidade, sem o qual profundas distorções e flagrantes injustiças poderão ser cometidas, face à generalidade e simplicidade da norma, que não comporta, por ser constitucional, um tratamento minucioso da matéria.

Parecer:

A emenda tem como objetivo introduzir um prazo fixo de três anos para determinação da caducidade das concessões e autorizações relativas às jazidas que não estiverem sendo devidamente trabalhadas. Trata-se de iniciativa que procura diminuir a incidência de ações especulativas e de distorção no setor. Como a fixação de um prazo coaduna-se com o espírito do Projeto da Comissão de Sistematização, que é o de exercer controle efetivo sobre nossas reservas e delas extrair o máximo proveito para a população, concluímos pela aprovação.

EMENDA:00571 APROVADA**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MÁRCIA KUBITSCHEK (PMDB/DF)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo emendado: Artigo 53 das Disposições Transitórias do Projeto de Constituição (A) da Comissão de Sistematização.

Dê-se ao Art. 53, das Disposições Transitórias, a seguinte redação:

"Art. 53 - Ficarão sem efeito, na data da promulgação da lei que disciplinar a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais, autorizações, concessões e os demais títulos atributivos de direitos minerários cujos trabalhos de pesquisa ou de lavra não hajam sido comprovadamente iniciados nos prazos legais ou que estejam, a critério do poder concedente, injustificadamente inativos."

Justificativa:

A vigente legislação já estabelece a perda, via declaração de caducidade, de títulos atributivos de direitos minerários, uma vez caracterizado o não início, abandono ou suspensão das respectivas atividades por parte do titular, sem autorização expressa do poder concedente.

De outra parte, o texto do Projeto de Constituição (A) que contém, em suas Disposições Transitórias, o artigo que ora se propõe seja emendado, contempla também modificações no trato da questão dos recursos minerais, que necessariamente importarão em revisão da legislação minerária.

Em tais circunstâncias, a emenda ora proposta, sem fugir ao espírito proposto pela redação original, objetiva que a correspondentes ações se processem na ocasião mais adequada da promulgação da nova lei regente na mineração, evitando ainda uma verdadeira "corrida" ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, com prejuízos incalculáveis para as pequenas e médias empresas, menos aparelhadas para tal evento, o que certamente ocorrerá se mantido o atual texto deste artigo.

Parecer:

O artigo 53, das Disposições Gerais e Transitórias do Projeto de Constituição, torna sem efeito as autorizações, concessões e demais títulos atributivos de direitos minerários, cujos trabalhos não hajam sido iniciados nos prazos legais ou permaneçam inativos na data da promulgação da Constituição. A emenda sob exame objetiva postergar a medida até a data da promulgação da lei que discipline a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais.

Efetivamente, tem razão o eminente autor ao observar que na forma atual, o dispositivo provocaria uma verdadeira "corrida" ao Departamento Nacional de Produção Mineral, que só traria prejuízos às pequenas e médias empresas do setor.

Por considerar, portanto, que a proposta aperfeiçoa o texto do Projeto, nosso parecer é pela aprovação da emenda.

EMENDA:00835 REJEITADA**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

Texto:

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 53 das disposições

transitórias.

Dê-se a seguinte redação:

Art. 53 - Ficam sem efeito as autorizações de pesquisa que após três anos (3), e as autorizações de lavra, que após cinco anos (5) de promulgação de Constituição, estejam inativos ou sem produção, ou cujos trabalhos não hajam sido comprovadamente iniciados nos prazos legais.

Justificativa:

Há uma diferenciação óbvia entre a pesquisa, que não exige a montagem de complexo equipamento, e a lavra, que frequentemente exige a construção de estradas, a implantação de pesado equipamento mecânico, e às vezes, a construção de vilas habitacionais e infraestrutura urbana. O código de minas já limita a autorização da lavra a três anos, renováveis por igual período. É razoável o prazo de cinco anos para início da fase de lavra, atenta à complexidade do investimento acima referido.

As disposições rígidas do projeto prejudicam sobretudo os pequenos mineradores, menos organizados para a aceleração dos trabalhos decorrentes da promulgação da Constituição.

Parecer:

A emenda altera o art. 53 do Ato das Disposições Gerais e Transitórias, fixando prazo (três anos, para as autorizações de pesquisa, e cinco anos, para as concessões de lavra), a contar da data da promulgação da Constituição, para que venham a tornar-se sem efeito tais títulos minerários, se estiverem inativos ou sem produção, ou cujos trabalhos não houverem sido comprovadamente iniciados nos prazos legais.

De fato, a norma, como está no Projeto, é excessivamente drástica e rigorosa. A fim de evitar prejuízos, especialmente para os pequenos mineradores, parece ser de conveniência a fixação de um prazo após cuja fluência ficariam sem efeito os títulos minerários atualmente em vigor.

A emenda sob exame, todavia, contempla termo por demais dilatado.

Afigura-se mais razoável a alternativa contida no art. 51 do Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Emenda

coletiva No. 2P-02045-3, assim redigida:

"Art. 51. Ficam sem efeito as autorizações de pesquisa, as concessões de lavra e os demais títulos atributivos de direitos minerários se a pesquisa estiver inativa por mais de doze meses ou a lavra por mais de dezoito meses, ou se os trabalhos exploratórios não houverem sido iniciados nos prazos legais."

Isto posto, somos pela REJEIÇÃO da presente emenda, em face da redação proposta para o referido artigo na emenda coletiva citada, acolhida pela Relatoria.

EMENDA:02045 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

Texto:

Dispositivo emendado – ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS.

Dê-se ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS

[...]

Art. 51. Ficam sem efeito as autorizações de pesquisa, as concessões de lavra e os demais títulos atributivos de direitos minerários se a pesquisa estiver inativa por mais de doze meses ou a lavra por mais de dezoito meses, ou se os trabalhos exploratórios ou não houverem sido iniciados nos prazos legais.

[...]

Assinaturas

- | | | |
|-------------------------|---------------------|----------------------|
| 1. Bonifácio de Andrade | 5. Nabor Júnior | 9. Hilário Braun |
| 2. Carlos Sant'anna | 6. Geraldo Fleming | 10. Edivaldo Motta |
| 3. Délio Braz | 7. Osvaldo Sobrinho | 11. Paulo Zarzur (Em |
| 4. Gilson Machado | 8. Osvaldo Coelho | Apoiamento) |

- | | | |
|--------------------------|---------------------------|----------------------------|
| 12. Nilson Gibson | 59. Amaral Netto | 106. Cláudio Ávila |
| 13. Milton Reis | 60. Antônio Salim Curiati | 107. José Agripino |
| 14. Marcos Lima | 61. José Luiz Maia | 108. Divaldo Suruagy |
| 15. Milton Barbosa | 62. Carlos Virgílio | 109. Rosa Prata |
| 16. Daso Coimbra | 63. Ezio Ferreira | 110. Mário de Oliveira |
| 17. João Resek | 64. Sadie Hauache | 111. Sílvio de Abreu |
| 18. Roberto Jeffereson | 65. José Dutra | 112. Luiz Leal |
| 19. João Menezes | 66. Carrel Benevides | 113. Genésio Bernardino |
| 20. Vingt Rosado | 67. Joaquim Sucena (Em | 114. Alfredo Campos |
| 21. Cardoso Alves | Apoioamento) | 115. Theodoro Mendes |
| 22. Paulo Roberto | 68. Luiz Marques | 116. Amilcar Moreira |
| 23. Lourival Batista | 69. Orlando Bezerra | 117. Oswaldo Almeida |
| 24. Rubem Branquinho | 70. Furtado Leite | 118. Ronaldo Carvalho |
| 25. Cleonânicio Fonseca | 71. Siqueira Campos | 119. José Freire |
| 26. Fernando Gomes | 72. Aluízio Campos | 120. José Mendonça Bezerra |
| 27. Agripino de Oliveira | 73. Eunice Michilis | 121. José Lourenço |
| Lima | 74. Samir Achoa | 122. Vinicius Cansanção |
| 28. Narciso Mendes | 75. Maurício Nasser | 123. Ronaro Corrêa |
| 29. Marcondes Gadelha | 76. Mauro Sampaio | 124. Paes Landim |
| 30. Mello Reis | 77. Stélio Dias | 125. Alécio Dias |
| 31. Arnold Fioravante | 78. Airton Cordeiro | 126. Mussa Demes |
| 32. Jorge Arbage | 79. José Carmargo | 127. Jessé Freire |
| 33. Chagas Duarte | 80. Matos Leão | 128. Gandi Jamil |
| 34. Álvaro Pacheco | 81. José Tinoco | 129. Alexandre Costa |
| 35. Felipe Mendes | 82. João Castelo | 130. Albérico Cordeiro |
| 36. Alysson Paulinelli | 83. Guilherme Palmeira | 131. Iberê Ferreira |
| 37. Aloysio Chaves | 84. Ismael Wanderley | 132. José Santana de |
| 38. Sotero Cunha | 85. Antônio Câmara | Vasconcellos |
| 39. Messias Góis | 86. Henrique Eduardo | 133. Christovam Chiaradia |
| 40. Gastone Righi | Alves | 134. Oscar Corrêa |
| 41. Dirce Tutu Quadros | 87. Djenal Gonçalves | 135. Maurício Campos |
| 42. José Elias Murad | 88. José Egreja | 136. Asdrubal Bentes |
| 43. Mozarildo Cavalcanti | 89. Ricardo Izar | 137. Jarbas Passarinho |
| 44. Flávio Rocha | 90. Afif Domingos | 138. Gerson Peres |
| 45. Gustavo de Faria | 91. Jayme Paliarin | 139. Carlos Vinagre |
| 46. Flávio Palmier da | 92. Delfim Netto | 140. Fernando Velasco |
| Veiga | 93. Farabulini Júnior | 141. Arnaldo Moraes |
| 47. Gil César | 94. Fausto Rocha | 142. Fausto Fernandes |
| 48. João da Mata | 95. Tito Costa | 143. Domingos Juvenil |
| 49. Dinísio Hage | 96. Caio Pompeu | 144. José Elias |
| 50. Leopoldo Peres | 97. Felipe Cheidde | 145. Rodrigues Palma |
| 51. Expedito Machado | 98. Virgílio Galassi | 146. Levy Dias |
| 52. Manoel Viana | 99. Manoel Moreira | 147. Rubem Figueiró |
| 53. Mário Bouchardet | 100. Victor Fontana | 148. Rachid Saldanha Derzi |
| 54. Melo Freire | 101. Orlando Pacheco | 149. Ivo Cersósimo |
| 55. Leopoldo Bessone | 102. Ruberval Pilotto | 150. João Lobo |
| 56. Aloísio Vasconcelos | 103. Jorge Bornhausen | 151. Inocêncio Oliveira |
| 57. Roberto Torres | 104. Alexandre Puzyna | 152. Salatiel Carvalho |
| 58. Arnaldo Faria de Sá | 105. Arténir Werner | 153. José Moura |

154. Marco Maciel	200. Roberto Balestra	245. Vitor Trovão
155. José Mendonça Bezerra	201. Luiz Soyer	246. Onofre Correa
156. Ricardo Fiuza	202. Naphtali Alves Souza	247. Alberico Filho
157. Paulo Marques	203. Jalles Fontoura	248. Vieira da Silva
158. Telmo Kirst	204. Paulo Roberto Cunha	249. Costa Ferreira
159. Darcy Pozza	205. Pedro Canedo	250. Elieser Moreira
160. Arnaldo Prieto	206. Lucia Vania	251. José Teixeira
161. Osvaldo Bender	207. Nion Albernaz	252. Julio Campos
162. Adylson Motta	208. Fernando Cunha	253. Ubiratan Spinelli
163. Paulo Mincarone	209. Antonio de Jesus	254. Jonas Pinheiro
164. Adrioaldo Streck	210. Luiz Eduardo	255. Louremberg Nunes
165. Victor Faccioni	211. Eraldo Tinoco	Rocha
166. Luis Roberto Ponte	212. Benito Gama	256. Roberto Campos
167. João de Deus Antunes	213. Jorge Viana	257. Cunha Bueno
168. Matheus Iensen	214. Angelo Magalhães	258. Francisco Carneiro
169. Antônio Ueno	215. Max Rosenmann	259. Meira Filho
170. Dionísio Dal Prá	216. Leur Lomanto	260. Marcia Kubistschek
171. Jacy Scanagatta	217. Jonival Lucas	261. Annibal Barcellos
172. Basílio Vilani	218. Sergio Brito	262. Geovani Borges
173. Osvaldo Trevisan	219. Waldeck Ornelas	263. Eraldo Trindade
174. Renato Johnsson	220. Francisco Benjamin	264. Antonio Ferreira
175. Ervin Bonkoski	221. Etevaldo Nogueira	265. Maria Lucia
176. Jovanni Masini	222. João Alves	266. Maluly Neto
177. Paulo Pimentel	223. Francisco Diogenes	267. Carlos Alberto
178. José Carlos Martin	224. Antonio Carlos Mendes	268. Gidel Dantas
179. Arolde de Oliveira	Thame	269. Aduino Pereira
180. Rubem Medina	225. Jairo Carneiro	270. José Carlos Coutinho
181. Francisco Sales	226. José Lins	271. Wagner Lago
182. Assis Canuto	227. Rita Furtado	272. João Machado
183. Chagas Neto	228. Jairo Azi	Rolemberg
184. José Viana	229. Fabio Raunhetti	273. Odacir Soares
185. Lael Varella	230. Feres Nader	274. Mauro Miranda
186. Denisar Arneiro	231. Eduardo Moreira	275. Sarney Filho
187. Jorge Leite	232. Manoel Ribeiro	276. Cesar Cals Neto
188. Aloisio Teixeira	233. José Melo	277. Osmar Leitão
189. Roberto Augusto	234. Jesus Tajra	278. Simão Sessin
190. Messias Soares	235. Aecio de Borba	279. Miraldo Gomes
191. Dalton Canabrava	236. Bezerra de Melo	280. Antonio Carlos Franco
192. Merluce Pinto	237. Nyder Barbosa	281. Franciscos Coelho
193. Ottomar Pinto	238. Pedro Ceolin	282. Francisco Rolemberg
194. Olavo Pires	239. Homero Santos	283. Albano Franco
195. Sergio Werneck	240. Chico Humberto	284. Erico Pegoraro
196. Raimundo Rezende	241. Osmundo Rebouças	285. Carlos de Carli
197. José Geraldo	242. Enoc Vieira	286. Evaldo Gonçalves
198. Alvaro Antonio	243. Joaquim Haichel	287. Raimundo Lira
199. Irapuan Costa Junior	244. Edison Lobão	

Justificativa:

Os dispositivos acima contém matéria de adaptação das normas constitucionais permanentes às situações jurídicas anteriores da emenda nº 1 à Constituição de 1967 ao novo cenário de direito instituído pela Constituição que deverá ser promulgada.

São providências legais de ordem peculiar em que, por diversos meios, o constituinte procura corresponder aos anseios das diversas camadas sociais nessa fase de transformação legal. Merece, por estas razões, o apoio do Plenário.

Parecer:

Acolho, na forma regimental, e em atenção ao elevado número de ilustres signatários. No mérito, opino pela aprovação, nos termos da emenda "Centrão".

PELA APROVAÇÃO:

Art. 1º ("caput"); Art. 2º ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 3º ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 4º ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º; Art. 5º ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 6º ("caput"), incisos I e II, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º; Art. 8º ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º e 4º; Art. 9º ("caput"); Art. 10 ("caput") , Parágrafo único; Art. 11 ("caput"); Art. 12 ("caput"), § 1º, incisos I e II, alíneas "a", "b" e "c", §§ 2º, 3º, 4º e 5º; Art. 13 ("caput"), § 1º, incisos I, II, III, IV e V, § 2º, incisos I, II e III; Art. 14 ("caput"); Art. 15 ("caput"), Parágrafo único; Art. 16 ("caput") , incisos I e II, §§ 1º e 2º; § 1º do Art. 17; Art. 18 ("caput"); Art. 20 ("caput"), Parágrafo único; Art. 22 ("caput"); Parágrafo único do Art. 23; Art. 24 ("caput"); Art. 25 ("caput"); Art. 26 ("caput"); Art. 27 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 28 ("caput"); Art. 29 ("caput"); Art. 32 ("caput"); Art. 33 ("caput"); Art. 34 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 36 ("caput"); Art. 37 ("caput"); Art. 38 ("caput"), §§ 12, 22 e 32; Art. 39 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 40 ("caput"); Art. 41 ("caput"); Art. 42 ("caput"); Art. 43 ("caput"); Art. 44 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 47 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 48 ("caput"); Art. 49 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 50 ("caput"); Art. 51 ("caput"); Art. 52 ("caput"); Art. 53 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 55 ("caput"); Art. 56 ("caput"); Art. 57 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 58 ("caput"); Art. 60 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º; Art. 61 ("caput"); Art. 62 ("caput"); Art. 63 ("caput"); Art. 64 ("caput"); Art. 65 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 68 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 69 ("caput"); Art. 71 ("caput"); Art. 72 ("caput").

PELA REJEIÇÃO:

§ 6º do Art. 6º (Emenda nº 739-2, Lourival Baptista); Art. 7º ("caput"); § 1º do Art. 11 (Emenda nº 1901-3, Genebaldo Correia); Art. 17 ("caput"), § 22; Art. 19 ("caput"); Art. 21 ("caput"); Art. 23 ("caput"); § 22 do Art. 27; Art. 30 ("caput"); Art. 31 ("caput"); Art. 35 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º e 4º (Emenda nº 73-8, Cunha Bueno); Art. 44 ("caput") (Emenda nº 1942-1, Mário Covas); Art. 45 ("caput"), §§ 1º e 2º (Emenda nº 1943, Mário Covas); Art. 54 ("caput") (Emenda nº 754-6, Jarbas Passarinho); Art. 59 ("caput") (Emenda nº 14-2, Valmir Campelo); Art. 66 ("caput"); Art. 67 ("caput").

FASE U

EMENDA:00053 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MÁRCIA KUBITSCHEK (PMDB/DF)

Texto:

Dispositivo Emendado: Art. 48, do Ato das Disposições Transitórias do Projeto de Constituição "B'

Suprima-se a expressão: "ou no prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição", contida no Art. 48, que ficará com a seguinte redação:

"Na data de promulgação da lei que disciplinar a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais, tornar-se-ão sem efeito as autorizações, concessões e demais títulos de direitos minerários, caso os trabalhadores de lavra não hajam comprovadamente iniciados nos prazos legais ou estejam inativos'.

Justificativa:

As razões que levaram a se alterar a anterior redação do Art. 53 das Disposições Transitórias do Projeto de Constituição "A", no qual se mandava aplicar a norma nele estabelecida, não a partir da data da promulgação da Constituição, mas sim na data da promulgação da lei ordinária que abordasse a questão, objetivaram exatamente evitar uma "corrida" ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, com prejuízos incalculáveis para as pequenas e médias empresas, menos aparelhadas para tal evento, o que certamente ocorrerá se mantido o atual texto.

Impõe-se, assim, a adoção desta emenda supressiva, garantindo, pois, que os sérios efeitos contidos neste preceito constitucional não sejam postos em prática antes que a lei disciplinadora da matéria seja promulgada.

Parecer:

A presente emenda tem como objetivo suprimir do art. 48 das Disposições Transitórias, a expressão "ou no prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição". Aceita, em grau recursal, pelo Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ela, quanto ao mérito, deve ser apreciada agora pelo Relator. O prazo fixado pelo legislador, ao determinar cessem os efeitos das concessões de pesquisa e lavra minerais quando da promulgação da lei relativa à matéria ou passado um ano da promulgação da Constituição corresponde explicitamente a um desejo específico, traduzido na vontade de que a referida lei venha a ser feita no período estipulado. A supressão do prazo implica

substantiva alteração do mérito do texto votado em plenário, no primeiro turno. Isto posto, opinamos pela rejeição. Pela rejeição.

Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 43 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.